



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Ofício Minuta

Brasília, data da assinatura eletrônica.

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

DESPACHO COTRAM/CGLIC/DPDS/2024

Assunto:	Encaminha minuta de ofício
Para a unidade:	SEAD/COGAB/DPDS
Como subsídio à manifestação da Funai, segue minuta de Ofício para apreciação superior e providências subsequentes.	
<p>Virginia Roberta Schoenster Especialista em Indigenismo</p> <p>Rodrigo Bulhões Pedreira Coordenador do Componente Indígena de Transporte e Mineração - COTRAM</p> <p>À DPDS, para avaliação hierárquica.</p> <p>Júlia de Paiva Pereira Leão Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental</p>	

Ao Senhor
ALEXANDRE MEIRELES MARQUES
Procurador da República
Ministério Público Federal - Procuradoria da República - Ceará
Rua João Brígido, N° 1260, Joaquim Távora
Fortaleza-CE.

Assunto: Resposta ao OFÍCIO nº 1181/2025 - MPF/NTC/CE - GAB/AMM. Projeto Santa Quitéria.
Referência: PA nº 1.15.003.000045/2019-94. Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.006054/2020-45.

Senhor Procurador,

1. Em atenção ao Ofício nº 1181/2025 - MPF/NTC/CE - GAB/AMM (SEI nº 8322076), referente ao processo de Licenciamento Ambiental do “Projeto Santa Quitéria de exploração e beneficiamento de minério de urânio associado a fosfato (colofanito)”, informamos o que segue.
2. Inicialmente solicitamos que demandas relativas ao licenciamento ambiental de empreendimentos sejam encaminhadas por meio do protocolo eletrônico da Funai, conforme orientações constantes no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-a-funai>.
3. Informamos que foi concedido acesso externo integral ao processo ao referido Conselho, sendo que os próximos acessos devem ser solicitados via Plataforma FalaBR. Conforme Portaria nº 982/PRES, de 30 de dezembro de 2016: “Art. 35. *Em relação ao pedido de vistas ao processo, serão adotados os seguintes critérios: I - qualquer cidadão poderá solicitar vistas aos processos eletrônicos classificados como públicos; II - as solicitações de vistas a processos serão dirigidas ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC ou Ouvidoria, por meio eletrônico ou presencial; III - as permissões para vistas aos processos deverão obedecer à legislação pertinente ao acesso à informação, bem como às disposições da Política de Segurança da Informação da Funai; IV - atendidos os requisitos formais, o SIC deverá encaminhar o pedido à unidade competente, a qual concederá o acesso ao usuário externo.*”.
4. Esclarecemos que o empreendedor foi informado sobre a necessidade de consulta prévia aos povos indígenas envolvidos, consoante o Ofício nº 342/2025/DPDS/FUNAI (SEI nº 8265572), observando as diretrizes dos respectivos Protocolos de Consulta, e com o apoio da Coordenação Regional da Funai Nordeste II.
5. Em resposta, o Projeto Santa Quitéria encaminhou a Carta CE-GEFIS.P/SUNOV.P-100/25 (SEI nº 8311312) e Anexo I - Projeto Santa Quitéria (SEI nº 8311313), por meio do qual informou que as lacunas identificadas no Parecer Técnico do Ibama n.º 148/2022 foram esclarecidas no âmbito da reelaboração do EIA do Projeto Santa Quitéria, protocolado em 2023. No referido estudo consta capítulo específico referente às áreas indígenas, item (11.3.3.19.1 "Povos e Aldeias Indígenas"), no âmbito do diagnóstico do Meio Socioeconômico. Em conclusão, o empreendedor afirmou “a inexistência de manifestação de impactos de qualquer natureza sobre as comunidades indígenas na região estudada” e “Conforme texto do Artigo 6º da OIT 169, a consulta aos povos interessados, mediante procedimentos apropriados e com a participação de suas instituições representativas, deve ser realizada quando medidas legislativas ou administrativas forem suscetíveis de afetá-los diretamente. Como demonstrado ao longo desta análise (e nos estudos ambientais), não há possibilidade de afetação direta a esses povos”.
6. Referente à Recomendação nº 01/2022, destacamos que a Funai encaminhou em resposta o Ofício nº 240/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI (SEI nº 4217449), no qual foi informado que a Funai não considera somente as terras indígenas homologadas no âmbito do processo de licenciamento ambiental, mas todos os povos indígenas da região, independente da situação fundiária. Na ocasião, considerando que a aldeia com localização registrada mais próxima (da Terra Indígena Serra das Matas) estaria a mais de três (03) vezes a distância preconizada na Portaria Interministerial nº 60/2015 em relação ao empreendimento, foi informado que não foram solicitadas providências específicas relacionadas ao componente indígena do licenciamento ambiental do empreendimento.
7. Entretanto, em consonância com a Portaria Interministerial 60/2015, que determina que “Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e em função das especificidades da atividade ou do empreendimento e das peculiaridades locais, os limites estabelecidos no Anexo I poderão ser alterados, de comum acordo entre o IBAMA, o órgão ou entidade envolvido e o empreendedor.”, informamos que, a partir de avaliações técnicas e do resultado do processo de consulta e esclarecimento sobre o empreendimento junto aos povos indígenas envolvidos, poderão ser identificados elementos técnicos que justifiquem a necessidade de procedimentos específicos no que se refere ao componente indígena.
8. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais por meio da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CGLic), telefone (61) 3247-6827 ou correio eletrônico cgllic@funai.gov.br.

Anexos:

- I - Ofício nº 342/2025/DPDS/FUNAI (SEI nº 8265572).
- II - Carta CE-GEFIS.P/SUNOV.P-100/25 (SEI nº 8311312)
- III - Anexo I - Projeto Santa Quitéria (SEI nº 8311313)
- IV - Memória de Reunião 26/02/2025 (SEI nº 8291500)

Atenciosamente,

LUCIA ALBERTA ANDRADE DE OLIVEIRA
Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

O seu teor só terá efeito quando sua **versão definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Julia de Paiva Pereira Leão, Coordenador(a)-Geral**, em 21/03/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Bulhões Pedreira, Coordenador(a)**, em 21/03/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8338275** e o código CRC **46CCF266**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.006054/2020-45

SEI nº 8338275

SCS Quadra 09 Edifício Parque Cidade Corporate Torre B Sala 409-A3, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul
CEP 70308-200 Brasília - DF (61) 3247-6821 - <http://www.funai.gov.br>